

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

1 **ATA – 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

2 Às 14h15 do dia 13 de maio de 2021 teve início, de forma telepresencial, por meio da
3 plataforma JITS MEET, a 48ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce. Dando início aos
4 trabalhos, o presidente do CBH-Doce, Flaminio Guerra, cumprimentou e agradeceu a
5 presença de todos, ressaltando a importância dos itens em pauta. Prosseguindo, foi
6 feita a chamada nominal, sendo constatada a presença de 32 (trinta e dois)
7 conselheiros com direito a voto, confirmando existência de quórum para instalação da
8 reunião e início dos trabalhos. Inicialmente, o Sr. Flaminio Guerra solicitou à plenária a
9 antecipação do quarto item da pauta, relativo aos informes sobre a revisão do PIRH-
10 Doce e a elaboração da proposta de enquadramento, considerando pedido feito pela
11 equipe da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A proposta foi
12 aceita pelos conselheiros, sem objeções. Sendo assim, na sequência, foi passada a
13 palavra ao Sr. Flávio Hadler Tröger, Superintendente de Planejamento de Recursos
14 Hídricos, da ANA, para a apresentação acerca do referido item. Em sua fala, ele fez
15 um contexto sobre o processo, destacando que, originalmente, a revisão do PIRH
16 seria feita com recursos da cobrança pelo uso da água por meio de contratação a ser
17 realizada pelo IBIO, entidade delegatária à época em que o Termo de Referência foi
18 elaborado. No entanto, devido às circunstâncias que, inclusive, culminaram com a
19 substituição do IBIO, a ANA assumiu o controle do processo, sendo a contratação
20 feita com recursos do órgão gestor, que também coordenou todo o processo licitatório
21 por meio do qual foi contratada a Engecorps, empresa que será responsável pelo
22 trabalho. Prosseguindo, os representantes da ANA, do IGAM, da AGERH e da
23 ENGEORPS presentes à reunião se apresentaram brevemente para a plenária,
24 explicando, sucintamente, as funções que exercerão ao longo do processo, estimado
25 para ser realizado em 17 (dezesete) meses. Por fim, o Sr. Flávio destacou que será
26 um trabalho árduo, sobretudo considerando as significativas mudanças no cenário da
27 bacia após o rompimento da barragem de Fundão, bem como toda a complexidade
28 relativa ao enquadramento. Além disso, destacou que o objetivo é a construção de um
29 plano mais operacional, visando uma implementação mais ágil e eficiente das ações.
30 Reforçou, ainda, a importância do envolvimento ativo dos comitês para o êxito dos
31 trabalhos que envolverá, especialmente, o Grupo de Trabalho criado para a revisão

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

32 do PIRH e a Câmara Técnica de Integração, instâncias designadas para acompanhar
33 o desenvolvimento das atividades. Por fim, destacou que o modelo de integração do
34 Doce será muito positivo para impulsionar e democratizar ainda mais o processo.
35 Prosseguindo, o Sr. Flamínio Guerra agradeceu a todos os envolvidos pela presença
36 e destacou a experiência da ENGENCORPS, empresa que já executou trabalhos na
37 região, como, por exemplo, Planos Municipais de Saneamento em alguns municípios
38 da Bacia do Rio Piracicaba. Finalizadas as falas, foi retornado ao terceiro item da
39 pauta, referente aos informes da diretoria executiva do CBH-Doce. Primeiramente, o
40 Sr. Flamínio Guerra informou aos conselheiros acerca da publicação do processo
41 seletivo para a contratação de 04 (quatro) profissionais que irão atuar na Escola de
42 Projetos. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao Sr. Edson Valgas, secretário
43 adjunto do CBH-Doce, que, em sua fala, manifestou preocupação quanto aos
44 recursos da cobrança devolvidos aos cofres públicos os quais ainda não retornaram
45 para o caixa da AGEVAP, situação que vem causando extremo desconforto sobretudo
46 junto aos usuários. Segundo ele, o incômodo torna-se ainda maior considerando que
47 estamos em meio a um processo de discussão dos valores da cobrança. Por fim,
48 destacou que reconhece o empenho da ANA para sanar o problema, no entanto, é
49 urgente buscar uma solução definitiva para a questão. Dando continuidade à
50 discussão sobre o tema, foi passada a palavra ao Sr. Humberto Cardoso,
51 Superintendente de Apoio ao SINGREH, da ANA. Ele destacou que a situação
52 também é muito desconfortável para a equipe da superintendência, no entanto, trata-
53 se de uma questão que extrapola a sua governabilidade. Ele reiterou que o dinheiro
54 pertence à bacia e encontra-se “carimbado”, numa conta específica. Além disso,
55 mencionou que há vários documentos, de caráter técnico e jurídico, favoráveis ao
56 retorno dos recursos, os quais sinalizam que os valores sequer deveriam ter sido
57 devolvidos à união, ou seja, há o entendimento de que o fluxo foi “indevido” e precisa
58 ser revertido o mais rapidamente possível, a fim de minimizar os prejuízos. Ele
59 destacou que todas as articulações estão sendo feitas junto às instâncias gerenciais e
60 estratégicas, a fim de viabilizar a devolução de forma ágil. Por fim, se comprometeu,
61 pessoalmente, a manter o CBH-Doce informado caso haja qualquer novidade sobre o
62 tema. Finalizadas as discussões, foi passado ao quinto item da pauta acerca dos
63 informes sobre a contratação da empresa para a execução do Programa de

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

64 Comunicação Social (P71). Para tanto, foi dada a palavra à analista administrativa da
65 AGEVAP, Juliana Vilela. Em sua apresentação, ela falou brevemente sobre o
66 programa que teve importantes ações desenvolvidas entre 2013 e 2018, no entanto, o
67 contrato com a empresa contratada à época precisou ser encerrado em virtude dos
68 limites legais e, devido às circunstâncias que levaram à substituição da entidade, não
69 houve nova contratação. Diante disso, o processo será retomado agora, tendo como
70 referência o Termo de Referência aprovado pelo CBH-Doce em 2019 após ampla
71 discussão na CTCL. Ademais, serão incorporados aprimoramentos, bem como será
72 aprofundado o diagnóstico de comunicação, objetivando compreender de forma
73 precisa os anseios do comitê e realizar uma contratação que, de fato, atenda às
74 expectativas e seja eficaz, sendo o CBH protagonista em todas as etapas do
75 processo. A Sra. Juliana esclareceu que se trata de uma comunicação de viés
76 institucional, visando construir e operacionalizar o Plano de Comunicação para a
77 Bacia, a qual também contempla a hospedagem e manutenção dos sites. Por fim,
78 explicou que o custeio do trabalho será rateado entre os comitês, razão pela qual o
79 programa foi priorizado nos PAPs. Finalizada a explanação e não havendo
80 questionamentos foi retomada a pauta, passando à discussão e votação da ata da 47ª
81 Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 04 de março de 2021.
82 Considerando que o documento foi encaminhado previamente, a leitura foi
83 dispensada, sendo feita chama nominal para deliberação. Após o procedimento de
84 votação, o documento foi aprovado sendo registrados 31 (trinta e um) votos
85 favoráveis e 02 (duas) abstenções. Prosseguindo foram iniciadas as discussões
86 acerca do sétimo item em pauta, relativo à apreciação e votação da proposta de
87 revisão dos mecanismos e valores de cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio
88 Doce. Iniciando, foi passada a palavra ao Sr. Edson Valgas, presidente da CTIL do
89 CBH-Doce, que expôs, brevemente, o trâmite que levou à construção da proposta
90 encaminhada aos conselheiros. Previamente, ele trouxe um resgate dos normativos
91 legais, com ênfase para a Resolução CNRH nº 212/2020 por meio da qual é delegada
92 competência à AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da
93 Bacia Hidrográfica do Rio Doce e, por meio da qual, a manutenção da delegação é
94 expressamente condicionada à apresentação, até o dia 30/06/2021, de uma proposta
95 de reajuste do PPU capaz de garantir a sustentabilidade da entidade delegatária. Ato

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

96 contínuo ele falou sobre as reuniões do grupo de trabalho criado para discutir a
97 proposta e sobre o trabalho da CTIL, cujos desdobramentos culminaram no parecer
98 encaminhado junto à convocatória para subsidiar a discussão a ser realizada na
99 plenária. Prosseguindo, o Sr. André Marques, diretor-presidente da AGEVAP, falou
100 sinteticamente sobre a proposta resultante do GT e da CTIL. Preliminarmente, ele
101 apresentou as premissas que nortearam os trabalhos, sendo: garantir a execução dos
102 programas hierarquizados no PAP 2021-2025; garantir a capacidade de pagamento
103 dos usuários; garantir a sustentabilidade da entidade delegatária; garantir o
104 atendimento de secretaria executiva ao CBH-Doce; e atender à Resolução CNRH nº
105 212/2020. Dando sequência, destacou que o encaminhamento do GTCOB,
106 referendado pela CTIL, prevê a manutenção, por ora, dos mecanismos de cobrança
107 aprovados por meio da Deliberação CBH-Doce nº 69/2018. Além disso, houve o
108 entendimento quanto à necessidade de definir uma estrutura para Entidade
109 Delegatária que atendesse às premissas definidas. Por fim, apresentou o
110 organograma proposto, bem como a progressão dos valores em consonância com o
111 escalonamento sugerido, demonstrando a sustentabilidade da ED mediante o
112 aumento de 67%, a ser obtido de forma gradual. Por fim, foi apresentado o texto da
113 minuta de deliberação normativa sobre a matéria em questão. Após as explanações a
114 palavra foi aberta para manifestação dos conselheiros. O Sr. José Ângelo Paganini,
115 da Fundação Relictos questionou por que não foi trabalhada a fórmula de cobrança,
116 mas, apenas o PPU. Em resposta, foi informado pelo Sr. Edson Valgas que, neste
117 momento, considerando o tempo curto determinado para atender ao CNRH e o fato
118 de que os mecanismos foram revisados recentemente, em 2018, foram trabalhados
119 apenas os valores. Porém, conforme consta no PAP, em 2023, está prevista uma
120 nova revisão, mais abrangente, incorporando também a questão dos mecanismos,
121 ocasião em que será contratada empresa especializada bem como resgatado o
122 estudo elaborado pela FUNARBE. Dando sequência, o Sr. Rone Frank, da FIEMG,
123 ponderou quanto à necessidade de inserir na deliberação normativa a situação dos
124 recursos devolvidos à união e ainda não repassados à AGEVAP, propondo, inclusive
125 amarrar essa devolução à progressão dos valores. O tema foi amplamente debatido,
126 considerando que se trata de uma questão complexa. Diante do impasse, a votação
127 acerca da deliberação foi dividida em duas etapas. Inicialmente foi votado o conteúdo

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

128 da DN, sem constar a inserção ou não, de um artigo sobre os recursos retidos no
129 tesouro nacional. A matéria foi colocada em votação, sendo registrados 19
130 (dezenove) votos favoráveis, 04 (quatro) contrários e 07 (sete) abstenções, sendo,
131 então, a deliberação referente à proposta de revisão dos mecanismos e valores de
132 cobrança para a bacia do Doce aprovada pela maioria dos conselheiros presentes à
133 reunião. Na oportunidade, o Sr. Rone Frank, da FIEMG, justificou o voto contrário,
134 destacando que participou de todo o processo no âmbito do GT e da CTI, sendo que
135 foram buscadas diversas contrapropostas visando chegar a um reajuste menor. No
136 entanto, a proposta apresentada, cujo percentual foi definido visando a garantia da
137 sustentabilidade, acarreta um impacto muito grande para o setor produtivo, o qual ele
138 representa. Prosseguindo, foi passada à segunda votação, referente à inserção, ou
139 não, de texto sobre os recursos contingenciados, com a seguinte redação: “O *CBH-*
140 *Doce e a AGEVAP deverão se articular junto às instâncias competentes visando*
141 *garantir o repasse dos recursos devolvidos ao tesouro nacional, cujo montante é de*
142 *aproximadamente R\$ 52.000.000,00, fundamentais ao cumprimento do Plano de*
143 *Aplicação Plurianual para o período 2021-2025, aprovado por meio da DN 90/2020”.*
144 Após votação nominal, a inserção do texto foi aprovada com registro de 20 (vinte)
145 votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários e 03 (três) abstenções. O Sr. José Carlos
146 Loss Júnior, da Prefeitura de Colatina, que se manifestou contrariamente à inserção
147 justificou que o tema foi muito debatido e foram inseridas várias condicionantes
148 ligadas à progressão dos valores, razão pela qual não considera pertinente a inclusão
149 do texto que, no seu entendimento, pode ser mais prejudicial do que positivo. Dando
150 prosseguimento à pauta, foi passado ao oitavo item, relativo ao Lançamento do SIGA
151 WEB Doce. Para tanto, foi passada a palavra à equipe da CODEX Remote. Em sua
152 apresentação, a Sra. Dionara De Nardin que apresentou a interface da ferramenta e,
153 brevemente, demonstrou o funcionamento. De forma sintética, ela explicou que o
154 SIGAWEB DOCE consiste em uma plataforma pública (WebGIS), desenvolvida pela
155 Codex a partir dos recursos do ArcGIS, que armazena e compartilha de maneira
156 integrada e segura, dados espaciais e informações de toda a Bacia Hidrográfica do
157 Rio Doce. Ela destacou que a plataforma foi construída de forma bem intuitiva, a fim
158 de que possa ser utilizada por qualquer pessoa, mesmo por aqueles que não são
159 técnicos. A fim de elucidar ela mostrou que o sistema permite uma série de

Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

160 possibilidades incluindo filtros, camadas, cruzamento de dados, etc. O objetivo do
161 projeto é estruturar a base de dados geográficos da AGEDOCE, e disponibilizá-la a
162 partir da criação do SIGAWEB DOCE, bem como a criação de outros módulos
163 necessários. Dentro do SIGA DOCE, serão entregues seis produtos que visam levar à
164 AGEVAP ferramentas essenciais do SIGA, de forma que se estabeleça a
165 disponibilização de dados da bacia de forma sistemática e com qualidade, assim
166 como assistência e atualização de dados. Ela destacou que a interface e as
167 funcionalidades apresentadas ainda estão em fase de aprimoramento, pois trata-se
168 de um processo contínuo de aperfeiçoamento. Na sequência, o Sr. André Marques,
169 diretor-presidente da AGEVAP informou que a agência terá um funcionário
170 especialista em geoprocessamento cuja atuação será fundamental para os trabalhos a
171 serem desenvolvidos pelos CBHs. Além disso, destacou que será feita uma força
172 tarefa para incluir o histórico de documentos/produtos no SIGA, bem como será uma
173 plataforma extremamente importante e funcional no processo de revisão do PIRH. Por
174 fim, informou que serão realizadas capacitações sobre o uso do SIGA aos
175 conselheiros e outros públicos-alvo a serem definidos. Encerrando as discussões
176 sobre o tema, o Sr. Flávio Guerra parabenizou os envolvidos no trabalho e
177 destacou que o SIGA será uma importante ferramenta de transparência, pois permitirá
178 que as informações estejam acessíveis de forma organizada e clara. O Sr. Edson
179 Valgas ratificou o entendimento, destacando que a ferramenta, extremamente útil
180 colaborará para que se obtenham respostas mais rápidas e análises precisas visando
181 a tomadas de decisão mais assertivas. Dando continuidade foi passado ao nono item
182 em pauta referente ao Processo de Contratação de Projetos de Sistema de
183 Esgotamento Sanitário (SES). Primeiramente, a analista de programas e projetos da
184 AGEDOCE, Luciana Figueiredo, apresentou um balanço da rodada de reuniões
185 realizada com os municípios contemplados. Na sequência foi passada à assinatura
186 simbólica do primeiro Termo de Colaboração Técnica celebrado entre a AGEDOCE e
187 a Prefeitura de Santa Bárbara do Leste, com a anuência do CBH-Doce e do CBH-
188 Caratinga, para a realização conjunta de atividades, vinculadas à elaboração de
189 estudo de concepção, estudos ambientais, projetos básico e executivo, além de
190 serviços de apoio técnico (incluindo cadastro técnico), de sistema de esgotamento
191 sanitário de localidades do município. Para tanto, houve a participação da Sra. Wilma



Ata aprovada durante a 28ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, no dia 15 de Julho de 2021.

192 Pereira, prefeita de Santa Bárbara do Leste, bem como da diretora executiva da
193 AGEVAP/Resende, Fernanda Valadão Scudino. O Sr. André Marques explicou que o
194 trabalho, nesse município será feito por meio de parceria via CAIXA, pois atendeu a
195 todos os requisitos necessários. Aos poucos, os demais contemplados também
196 assinarão os termos para dar sequência às ações. Sem mais assuntos a serem
197 tratados, a reunião foi encerrada às 18h00.

198
199
200

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce